



Grupo da Aliança Europeia

Prioridades Políticas do Grupo da AE para 2015-2020

Recomendações para o mandato do CR



Prioridades políticas do Grupo da AE para 2015-2020
Recomendações para o novo mandato

Com os seus 28 Estados-Membros, a UE abrange uma enorme extensão geográfica e uma não menos ampla diversidade cultural. Dentro dos países, das regiões e das localidades que a compõem, existem ideias e possibilidades com potencial para garantir o desenvolvimento futuro de outros Estados-Membros e, de forma mais ampla, a matriz das instituições da UE. O Grupo da AE partilha uma plataforma comum em domínios essenciais, preocupando-se em respeitar a identidade das nações e regiões. Acreditamos numa política de consenso em que é possível respeitar os pontos de vista de cada um dos membros. O Grupo da AE procura proporcionar aos membros a possibilidade de participarem plenamente em todos os trabalhos do CR, em prol das suas nações, regiões, órgãos de poder local e de todos os que representam. Para o conseguir, a UE deve ser mais democrática e transparente e estar mais próxima dos seus cidadãos. Clareza, acessibilidade e eficácia é o que esperamos da União Europeia. Clareza para que os cidadãos compreendam os nossos métodos de trabalho e os objetivos que nos esforçamos por alcançar. Acessibilidade para que se abram as portas às nossas populações, e eficácia para tornar possível uma estrutura institucional democrática e simultaneamente eficaz.

O Grupo da AE continuará a observar atentamente as atuais tendências políticas e económicas em constante mutação, bem como a contribuir para o desenvolvimento de estratégias coerentes em conformidade com aquelas. Acreditamos que um aspeto essencial da consideração dessas tendências é permitir aos nossos órgãos de poder local e regional fazerem ouvir as suas vozes no coração da Europa, já que estamos convictos de que tanto estas instâncias como o Comité das Regiões devem ter um papel importante no desenvolvimento das políticas da UE. O Grupo da AE defende o princípio da subsidiariedade, que tem por objetivo garantir que as decisões são tomadas o mais próximo possível dos cidadãos e maximizar a participação na vida política. A este respeito, reconhece que os jovens podem desempenhar um papel fundamental e integral no debate sobre o seu futuro.

É importante que o Comité das Regiões contribua com o seu valor acrescentado para o processo de decisão da UE, traduzido em apoio, contactos e conhecimentos especializados ao nível local. O Grupo da AE vai instar as instituições da UE, em estreita cooperação com os órgãos de poder local e regional e a sociedade civil, a promover uma melhor comunicação com os seus cidadãos e a apoiar campanhas de informação aos níveis local e regional, tanto nos Estados-Membros como nos países candidatos e potenciais candidatos. É necessário reaproximar a UE dos seus cidadãos, a fim de garantir que estes últimos desenvolvam um sentimento de pertença à UE e tenham um conhecimento mais profundo das diferentes políticas que afetam a sua vida quotidiana.

Acresce que este processo não deve ser unidirecional, com a UE a influenciar a partir do topo as políticas no terreno. O CR deve empenhar-se em fazer chegar de forma ascendente as necessidades dos órgãos de poder regional e local à Comissão Europeia. Com este objetivo em mente, cumpre explorar e pôr em prática novos mecanismos, permitindo que os pareceres do CR sejam, por intermédio das instituições da UE, eficazmente traduzidos em resultados e medidas práticas.

É nossa intenção dar prioridade aos objetivos anuais fundamentais definidos no início de cada ano do futuro mandato.

1. Investimento no futuro da Europa

O Grupo gostaria de destacar os seguintes temas:

Para lá da Estratégia Europa 2020: Rumo ao desenvolvimento e ao emprego em todas as regiões

O presente mandato será decisivo para fazer da Estratégia Europa 2020 e do Plano de Investimento verdadeiros sucessos, gerando efetivamente desenvolvimento e emprego. Na opinião do Grupo da AE, é necessário reformular a Estratégia Europa 2020 para colmatar as suas lacunas.

Abalada por uma crise económica sem precedentes, a UE terá de renovar o seu compromisso de garantir um desenvolvimento sustentável, não só de um ponto de vista económico, mas também em termos sociais e ambientais.

Além disso, esta estratégia não deve desviar-se do objetivo de coesão territorial, que preserva uma UE das nações e das regiões, onde as potencialidades, ideias e possibilidades existentes no plano regional sejam respeitadas, negociadas e fomentadas.

Terão de ser moldadas novas abordagens energéticas, com vista a estimular um crescimento duradouro e a promover uma efetiva criação de postos de trabalho no âmbito local. Alguns Estados-Membros lograram resultados mais satisfatórios do que outros na criação de emprego. Os modelos laborais de toda a Europa devem ser avaliados, de modo que os modelos cuja adoção foi bem-sucedida sejam disponibilizados aos Estados-Membros.

A UE deve demonstrar que está verdadeiramente empenhada em aumentar o investimento na educação, na inovação e na investigação, elementos fundamentais para obter vantagens competitivas. Deve ainda procurar mobilizar investimentos privados e públicos, a fim de relançar o crescimento económico e incentivar a competitividade da UE em setores essenciais das altas tecnologias, tais como as TIC, as ciências da vida e as fontes de energia mais limpas, zelando ao mesmo tempo por um desenvolvimento equilibrado no conjunto das regiões.

Temos um interesse particular em acompanhar de perto a aplicação da estratégia revista não só ao nível dos Estados-Membros, mas também aos níveis regional e local, com o intuito de contribuir para a nova prioridade que a UE se propôs concretizar nos próximos anos.

Restabelecimento das finanças públicas e apoio aos investimentos

O Grupo da AE apoiará uma melhor cooperação económica e uma revisão da governação económica da UE, a fim de garantir finanças públicas sólidas e estáveis, bem como um quadro flexível para investimentos propícios ao desenvolvimento.

Importa que a recessão económica não tenha repercussões negativas na vida dos cidadãos, nem na autonomia financeira dos órgãos de poder local e regional e na respetiva função de prestadores de serviços.

O Grupo da AE entende que os programas e o apoio da UE devem acrescer às verbas atualmente concedidas aos órgãos de poder local e regional.

O Grupo tenciona incentivar a utilização, pelos órgãos de poder local e regional, dos recursos disponíveis e de instrumentos financeiros inovadores para mobilizarem financiamentos suplementares e fazerem investimentos ambiciosos a longo prazo na educação, aprendizagem ao longo da vida, investigação e inovação, infraestruturas de qualidade, transportes públicos sustentáveis e tecnologias eficientes do ponto de vista energético.

Por outro lado, considera que os apoios ao empreendedorismo, às PME e às empresas sociais aos níveis local e regional serão determinantes para uma retoma económica sustentável.

Investimento nas pessoas

O Grupo da AE dará a máxima prioridade à educação, à aprendizagem ao longo da vida e à formação como instrumentos fundamentais para aumentar a participação no mercado de trabalho e resolver o problema crónico do desemprego dos jovens na Europa. O acesso universal ao ensino deve ser uma prioridade essencial da União Europeia. Com o investimento nas nossas escolas, universidades e institutos, reforçaremos e protegeremos a riqueza intelectual e financeira através da aprendizagem. O envelhecimento da população e as baixas taxas de natalidade estão a pôr em risco os nossos sistemas de segurança social e regimes de pensão, colocando também grandes desafios aos jovens que pretendem aceder ao mercado laboral. O Grupo da AE defende que o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos são importantes instrumentos de apoio aos órgãos de poder local e regional no combate ao desemprego, munindo os indivíduos das novas competências necessárias independentemente da sua idade. O Grupo da AE dedica particular atenção ao reconhecimento de qualificações e a qualquer política destinada a incentivar a mobilidade e o investimento na cultura empresarial.

Investigação, inovação e desenvolvimento ecológico e digital

O Grupo da AE continuará a envidar esforços para garantir a inclusão de todos os europeus na sociedade do conhecimento. Colocará a tónica na disponibilização de infraestruturas e no papel da investigação e da inovação, lançando os alicerces de um Espaço Europeu da Investigação. O Grupo está absolutamente convicto de que devem ser estabelecidas metas claras, realistas e, sempre que possível, vinculativas, a fim de colmatar o défice de inovação que a UE enfrenta.

O Grupo da AE frisa a importância de investir no crescimento ecológico e em tecnologias destinadas a promover uma economia hipocarbónica e a melhorar a eficiência energética. Considera que a inovação e a investigação não devem estar orientadas unicamente para a indústria, devendo antes direccionar-se para a melhoria do bem-estar dos cidadãos, bem como para a proteção do ambiente e dos recursos naturais.

Além disso, o Grupo da AE reconhece os benefícios e as oportunidades que emergirão do desenvolvimento da economia digital e da sociedade de informação, sobretudo para o tecido socioeconómico das zonas rurais, montanhosas e mais remotas. O Grupo da AE gostaria de observar

uma transformação das cidades e regiões por meio de uma maior e melhor conectividade, assegurando um acesso universal à banda larga e à Internet, no sentido de proporcionar aos cidadãos igualdade de acesso e de oportunidades, quer residam em regiões urbanas, rurais ou periféricas.

Continuaremos a dar um contributo valioso para o desenvolvimento da administração em linha local e regional, salientando a necessidade de reduzir o fosso digital e tecnológico entre as zonas urbanas e rurais e entre as gerações. As iniciativas locais e regionais são o método mais eficaz para alcançar os resultados almejados.

Diversidade cultural e linguística

O Grupo da AE crê que a força da Europa reside no seu património cultural e na amplitude da sua diversidade cultural. As raízes históricas da UE provêm de alguns dos pontos civilizacionais mais antigos do mundo. Em termos globais, é também uma sorte ter um vasto património e algumas das mais belas paisagens e regiões. A AE reconhece que o património cultural, devidamente celebrado e comemorado, une os cidadãos da UE, serve de auxílio na diplomacia internacional, inspira a identidade e a criatividade e desperta o conceito de cidadania ativa, sendo um dos principais alicerces das futuras estratégias de desenvolvimento regional das zonas urbanas e rurais.

O Grupo da AE defende o princípio da autodeterminação dos povos, significando isto que a União Europeia deve igualmente permitir o «alargamento interno» mediante novos Estados-Membros, contanto que os mesmos resultem de um processo pacífico e democrático.

Faremos tudo para apoiar as identidades nacionais e regionais, salvaguardando o respeito pela diversidade cultural e linguística como um dos princípios básicos subjacentes ao processo de integração europeia, que não consiste em nivelar as diferenças ou criar identidades uniformes, mas em promover uma maior cooperação e o entendimento entre os povos da Europa. O Grupo da AE continuará a promover e a salvaguardar as línguas regionais e menos divulgadas da Europa.

2. Solidariedade para alcançar a prosperidade e a sustentabilidade ambiental

O Grupo gostaria de destacar os seguintes temas:

Coesão territorial com inclusão da cooperação transfronteiras

Num mundo globalizado, insistir na diversidade como fator de reforço da economia e da riqueza cultural contribuirá para aumentar a coesão dessas comunidades através da concorrência e da solidariedade.

Deve ser realizado um financiamento regional e estrutural para garantir um desenvolvimento equilibrado em todas as regiões da UE. A política de coesão europeia deve acompanhar as necessidades das regiões e procurar reduzir o fosso entre as regiões ricas e as mais pobres. É importante desenvolver uma União coesa que assuma responsabilidades comuns e demonstre solidariedade. Além disso, a política de coesão da UE deve concentrar-se no objetivo principal de reforço das oportunidades de emprego, reduzindo simultaneamente as disparidades sociais.

O Grupo da AE preconiza uma verdadeira mudança cultural na aplicação da política de coesão revista e compromete-se a acompanhar a participação dos órgãos de poder local e regional na aplicação integral do princípio da parceria, doravante consagrado na legislação da UE (através do código de conduta europeu sobre parcerias).

Apelamos para um maior apoio ao reforço das capacidades e às ofertas de formação a funcionários dos municípios responsáveis pelos projetos, bem como para procedimentos agilizados.

O investimento nas infraestruturas é importante, mas entendemos que não haverá desenvolvimento se as pessoas não forem a prioridade.

Consideramos que é fundamental melhorar a coordenação dos instrumentos de financiamento e das sinergias entre os orçamentos europeu, nacionais e locais.

Apoiando-se nas experiências positivas das macrorregiões do mar Báltico, do Danúbio e adriático-jónica, o Grupo da AE vai dar o seu apoio à nova estratégia para a região alpina (EUSALP), a qual ajudará a melhorar a coerência das políticas e permitirá uma maior cooperação entre os diferentes níveis de governo, a fim de superar desafios comuns, nomeadamente a harmonização da proteção ambiental e do desenvolvimento económico.

O Grupo da AE vai acompanhar a execução da nova EUSALP e assegurar que esta estratégia dê prioridade aos interesses das regiões montanhosas centrais dos Alpes e, simultaneamente, tenha em devida conta as zonas e cidades circundantes, para que as relações entre estas regiões se desenvolvam em benefício mútuo.

Para uma política de equilíbrio entre zonas urbanas e rurais

O Grupo da AE reconhece os benefícios reais e tangíveis para os cidadãos da Europa que decorrem do empenho dos Estados-Membros e da Comissão Europeia numa política estrutural e de coesão duradoura, sólida e coerente.

É certo que a renovação urbana constitui um domínio de importância vital, mas é essencial reconhecer a importância de todas as regiões e comunidades locais da Europa e o seu papel na construção de uma economia forte. O Grupo da AE recomendará com veemência que os futuros programas financiados pelos fundos estruturais contemplem aspetos como a renovação urbana e rural, as carências sociais, as iniciativas específicas em matéria de habitação, as reestruturações económicas e os transportes públicos, bem como a revitalização das zonas rurais e montanhosas.

O Grupo deseja observar uma clara tomada de medidas de revitalização das cidades, especialmente a reabilitação dos centros citadinos, que foram descurados em benefício de grandes centros comerciais nos arredores das cidades;

Reconhece a relevância de todas as regiões europeias, bem como a importância de garantir um equilíbrio entre as zonas urbanas e rurais em programas futuros. As comunidades rurais são uma componente essencial da Europa, já que delas depende o funcionamento das cidades. Espera-se, por isso, que as instituições adotem uma abordagem equilibrada em todas as atividades. O Grupo da AE

defende a importância das zonas rurais, agrícolas e montanhosas como um bem crucial para o desenvolvimento económico e social local e insta as instituições europeias a terem mais em conta as necessidades das zonas rurais e a conseguir o equilíbrio certo entre as políticas de desenvolvimento urbano e rural. É defensor de uma política agrícola que vá «desde a exploração agrícola até à mesa», com vista a garantir a abundância de produtos agrícolas de elevada qualidade e rastreáveis, bem como a proteção dos recursos naturais e ambientais em todas as nossas regiões.

Turismo sustentável

O Grupo da AE sublinha que o turismo é um fenómeno global que, apesar de ganhar forma localmente, deve procurar nichos, atendendo à concorrência altamente diversificada. Assim, considera que a elaboração de uma política coerente relativa ao turismo sustentável produzirá benefícios tangíveis para as comunidades locais, tanto no plano económico como no plano ambiental. O turismo é um dos principais contribuintes para o PIB e o emprego a todos os níveis – local, regional, nacional e europeu. O Grupo da AE reconhece o papel decisivo do turismo na promoção do desenvolvimento regional e da coesão territorial. Exorta a Comissão Europeia a continuar a destacar a natureza transversal do turismo e a fornecer aos Estados-Membros e aos órgãos de poder local e regional instrumentos financeiros adequados e acessíveis para incentivar e apoiar medidas no setor em apreço. Mais concretamente, insta a Comissão a prosseguir com a promoção de medidas que apoiem o turismo sustentável.

Ambiente e alterações climáticas

O Grupo da AE irá analisar o desenvolvimento das iniciativas da Comissão Europeia destinadas a ajudar a UE a transitar para uma economia hipocarbónica e eficiente em termos de recursos, lutando simultaneamente contra os desafios das alterações climáticas, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, bem como melhorando a mobilidade sustentável.

O Grupo está empenhado em sensibilizar e ajudar as zonas locais e regionais a diminuir a sua pegada de carbono, bem como em atender aos diversos cabazes energéticos e às diferentes condições locais no conjunto da UE.

Pretendemos observar acordos globais ambiciosos, que convidem todas as regiões a desempenharem um papel na redução das emissões e nos esforços para garantir um futuro ambientalmente sustentável na Europa.

O Grupo vai igualmente trabalhar no sentido de colocar os investimentos ecológicos no centro das prioridades, a fim de garantir uma mobilidade sustentável e uma utilização eficiente dos recursos naturais no âmbito da execução da Estratégia Europa 2020.

Economia circular e resíduos

O Grupo da AE defende a importância de transitar para uma economia mais eficiente em termos de recursos, na qual se faça uma utilização racional dos recursos naturais, materiais e resíduos, que devem ser reutilizados e reciclados sempre que possível.

Sobre esta matéria, instamos vivamente a Comissão Europeia a adotar rapidamente novas iniciativas de promoção da economia circular, permitindo à UE acautelar a perda de materiais valiosos, como o plástico, incentivar a reciclagem e reduzir as emissões e os efeitos no ambiente, juntamente com a criação de novos empregos e oportunidades de desenvolvimento económico.

Bioeconomia

A biodiversidade é uma prioridade ambiental fundamental para a UE.

O Grupo da AE considera vital prosseguir com uma política florestal sustentável e envidar esforços para aumentar substancialmente a proporção de biomassa florestal utilizada na produção de energias renováveis.

Além disso, apoiamos a implantação das estratégias e planos de ação regionais para a biodiversidade, no sentido de ajudar a garantir o futuro das fontes de energia e a reforçar o seu potencial económico. Esperamos gerar um consenso em torno da transição da Europa de uma situação de dependência dos combustíveis fósseis para uma bioeconomia.

Energia

A energia é uma das maiores fontes de riqueza em todas as sociedades. Há uma série de decisões e escolhas fundamentais a fazer ao nível europeu para melhorar o aprovisionamento energético e incentivar as energias renováveis e a eficiência energética. O Grupo da AE apela para a conclusão dos mercados internos da energia e para a criação de uma verdadeira União da Energia, com redes energéticas interligadas, bem como para novas medidas e incentivos económicos destinados a reforçar a eficiência energética. Espera assistir sobretudo à adoção de medidas que ajudem a Europa a realizar o seu enorme potencial de fontes de energias renováveis, tais como a energia das marés, das ondas, geotérmica, eólica, solar e hídrica e a biomassa sustentável. A UE deve promover com mais afinco as fontes de energia mais limpas e a eficiência energética, bem como ajudar as zonas locais a tirarem partido das potencialidades geradas pelos seus recursos naturais, sem deixar de assegurar aos cidadãos uma energia a preços comportáveis.

O Grupo da AE solicitará à Comissão Europeia a provisão de fundos para que os municípios e regiões signatários do Pacto de Autarcas sejam capazes de cumprir os objetivos aí estabelecidos.

3. Uma posição forte no mundo

O Grupo gostaria de destacar os seguintes temas:

A Europa enquanto parceiro mundial

O processo unificador da Europa é, antes de mais, um projeto de paz. O alargamento do espaço de liberdade e paz, principalmente para abranger as regiões vizinhas da UE num sentido mais amplo, deverá constituir um objetivo universal da política europeia.

O Grupo da AE reitera que a União deve ter uma voz firme à escala mundial no domínio das relações externas.

O Grupo da AE vai instar as instituições da UE a tornarem a política de alargamento mais eficaz, a continuarem a negociar com os países que pretendem aderir e a zelarem por uma sólida política de vizinhança. Os países vizinhos da União Europeia devem beneficiar de um apoio significativo para aí desenvolver a democracia e gerar prosperidade.

Entendemos que deve haver um reforço da cooperação com os países vizinhos.

Migração

O Grupo da AE defende que as políticas de imigração e migração devem respeitar os direitos fundamentais, além de atender às necessidades e aos desafios dos órgãos de poder local e regional.

Paralelamente, apelamos para uma maior solidariedade e cooperação entre os Estados-Membros na aplicação de uma legislação coerente em matéria de imigração, com um patrulhamento das fronteiras externas e um combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos. Procuramos que haja na UE uma sensibilização para as dificuldades específicas das regiões fronteiriças confrontadas com crises humanas.

Segurança e paz

O Grupo da AE condena todas as formas de agressão e unirá forças com outros parceiros no sentido de incentivar a paz, a solidariedade, a estabilidade e a segurança dentro da UE e ao longo das suas fronteiras, apoiando ainda os países vizinhos na promoção da democracia e do desenvolvimento no plano local.

Vai continuar a pressionar a Comissão Europeia a cumprir o seu dever de prestar apoio e assistência à Ucrânia, pelo que apela para uma cooperação ao nível local entre a UE e os órgãos de governo local e regional da Ucrânia.

Além disso, defende o envolvimento dos órgãos de poder local e regional no combate ao crime organizado, ao terrorismo e à radicalização terrorista, bem como na preservação da segurança dos cidadãos nas zonas urbanas e rurais.

Baseando-se nos objetivos previamente estabelecidos e nos eventos futuros acima referidos, o Grupo da AE chama também a atenção para o seguinte:

4. Governação europeia e dimensão interinstitucional

O Grupo da AE reitera o seu empenho em melhorar a governação europeia mediante uma melhoria considerável do funcionamento, da simplicidade e da transparência da UE, em comparação com os Tratados vigentes. Congratula-se com a posição da Comissão Europeia que parte do princípio de que a União Europeia só atingirá os seus objetivos se as suas instituições, os órgãos de poder nacional, regional e local, bem como os cidadãos, se congregarem em torno desta ambição comum. Fará o

possível por intensificar os processos de consulta e de avaliação do impacto da legislação propostos pela Comissão no contexto do objetivo de legislar melhor. Continuará também a reforçar a sua cooperação com as demais instituições europeias, em particular com o Parlamento Europeu e o Conselho, a fim de garantir um impacto real dos pareceres e das recomendações do CR.

Todas estas prioridades serão realizadas no respeito dos princípios da subsidiariedade, da proporcionalidade e da simplificação administrativa.

UNIÃO EUROPEIA



Comité das Regiões

Para mais informações contactar:

**Secretariado do Grupo da AE
COMITÉ DAS REGIÕES**

Rue Belliard/Belliardstraat 99-101

B – 1040 Bruxelas

Tel.: +32 2 282 2245

Tel.: +32 2 282 2334

Correio eletrónico: micheal.oconchuir@cor.europa.eu